

NOTA TÉCNICO-CONTÁBIL
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE RIO REAL/BA

1. IDENTIFICAÇÃO

Empreendimento: Reforma e Ampliação do Hospital Municipal de Rio Real/BA.

Natureza: obra de engenharia hospitalar.

Regime de execução adotado: empreitada por preço unitário.

Prazo de execução: 18 (dezoito) meses.

Finalidade do documento: justificar, sob perspectiva técnico-contábil, as exigências de qualificação econômico-financeira a serem inseridas nos instrumentos subsequentes da fase preparatória e do certame.

2. FINALIDADE DA NOTA TÉCNICA

A presente Nota Técnica-Contábil tem por finalidade demonstrar a pertinência, a proporcionalidade e a aderência das exigências de qualificação econômico-financeira aplicáveis à futura licitação destinada à reforma e ampliação do Hospital Municipal de Rio Real/BA.

A intenção administrativa não é restringir artificialmente a competitividade, mas selecionar licitantes com capacidade patrimonial, liquidez e estrutura financeira compatíveis com a execução de obra hospitalar de elevada complexidade, desenvolvida em unidade em funcionamento, com múltiplos sistemas especiais e prazo contratual de 18 meses.

A contratação exige não apenas liquidez e solvência, mas também **lastro patrimonial mínimo** compatível com a mobilização inicial.

Busca-se, assim, reduzir o risco de paralisação, desmobilização precoce, colapso de caixa, pleitos oportunistas, degradação da qualidade executiva e comprometimento da continuidade física do empreendimento.

3. PREMISSAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO OBJETO

A contratação refere-se a obra de engenharia hospitalar com relevante densidade técnica e material, contemplando serviços civis, estruturais, cobertura, pisos especiais, forros,

instalações elétricas críticas, cabeamento estruturado, climatização, gases medicinais, SPDA, prevenção e combate a incêndio e ambientes especiais, inclusive de diagnóstico por imagem.

O conjunto orçamentário evidencia forte concentração de custos em parcelas de cobertura termoacústica, estrutura metálica, lajes, alvenaria, acabamentos especiais, concretagem, lógica, climatização, gases medicinais e sistemas de segurança predial, o que afasta a ideia de contrato de baixa complexidade financeira ou de simples manutenção predial.

A execução em hospital em funcionamento impõe, ainda, necessidade de setorização, sobreposição controlada de frentes, mobilização contínua de equipe, capacidade de resposta a intercorrências e manutenção de desempenho executivo mesmo diante de restrições operacionais típicas do ambiente assistencial.

Nesse contexto, a Administração possui interesse legítimo em exigir demonstração de robustez econômico-financeira compatível com o vulto, o prazo e a criticidade do contrato.

4. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO QUE EXIGEM MAIOR ROBUSTEZ FINANCEIRA

A exigência de qualificação econômico-financeira mais consistente decorre, no caso concreto, da combinação de fatores que ampliam o risco de inadimplemento e de descontinuidade contratual:

I – vulto econômico expressivo do empreendimento;

II – prazo de execução de 18 meses, incompatível com estrutura financeira precária;

III – necessidade de mobilização e manutenção de equipe técnica multidisciplinar ao longo de todo o contrato;

IV – presença de sistemas especiais hospitalares que demandam compras, integrações e planejamento específicos;

V – execução em unidade hospitalar em funcionamento, com interferências operacionais e exigência de resposta rápida a condicionantes do ambiente;

VI – regime de empreitada por preço unitário, que amplia a relevância do fluxo de caixa, da disciplina executiva e da capacidade de sustentar medições sucessivas sem ruptura operacional.

5. JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS EXIGIDOS

Consideradas as características do objeto, reputa-se tecnicamente adequada a adoção dos seguintes índices mínimos de qualificação econômico-financeira:

- a) Índice de Liquidez Geral – $ILG \geq 1,2$;
- b) Índice de Liquidez Corrente – $ILC \geq 1,2$;
- c) Índice de Solvência Geral – $ISG \geq 1,2$;
- d) Índice de Endividamento Patrimonial – $IEP \leq 0,5$.

Tais parâmetros não possuem natureza arbitrária. Eles refletem patamar prudencial de seleção voltado a reduzir o risco de contratação de empresa excessivamente alavancada, com baixa liquidez ou com incapacidade de absorver oscilações ordinárias de execução em contrato hospitalar de longa duração.

5.1. Índice de Liquidez Geral – $ILG \geq 1,2$

O Índice de Liquidez Geral mede a capacidade da empresa de honrar suas obrigações de curto e de longo prazo com os recursos realizáveis e disponíveis em horizonte compatível.

A exigência de ILG igual ou superior a 1,2 justifica-se porque a obra demanda sustentação financeira continuada, não bastando à licitante apresentar equilíbrio apenas em janela imediata de caixa. Em contratos de execução prolongada e materialmente densos, a insuficiência de liquidez global aumenta o risco de colapso progressivo da execução, especialmente quando há necessidade de compras escalonadas, manutenção de pessoal especializado e absorção de atrasos ordinários de medição e pagamento.

5.2. Índice de Liquidez Corrente – $ILC \geq 1,2$

O Índice de Liquidez Corrente mede a capacidade de a empresa solver obrigações de curto prazo com recursos também de curto prazo.

A exigência de ILC igual ou superior a 1,2 é adequada porque a execução do contrato pressupõe continuidade operacional, aquisição recorrente de insumos, manutenção de equipes, pagamentos correntes e rápida resposta a intercorrências típicas de hospital em funcionamento. Empresa com liquidez corrente excessivamente comprimida tende a apresentar maior risco de paralisação, atraso de fornecedores, inadimplemento trabalhista e queda de produtividade.

5.3. Índice de Solvência Geral – $ISG \geq 1,2$

O Índice de Solvência Geral demonstra a relação entre o ativo total e o passivo exigível, funcionando como métrica de robustez patrimonial mais ampla.

A exigência de ISG igual ou superior a 1,2 se mostra pertinente porque a Administração precisa mitigar o risco de contratar empresa com estrutura patrimonial frágil, suscetível a perda de capacidade operacional durante a execução. Em obra hospitalar de porte relevante, a solvência insuficiente potencializa riscos de abandono contratual, incapacidade de suportar contingências e dependência excessiva de terceiros para financiamento da própria execução.

5.4. Índice de Endividamento Patrimonial – $IEP \leq 0,5$

O Índice de Endividamento Patrimonial permite avaliar o grau de comprometimento do patrimônio líquido da empresa com capitais de terceiros.

A exigência de IEP menor ou igual a 0,5 se justifica porque a Administração deve reduzir o risco de contratação de empresa excessivamente alavancada, cuja execução dependa de estrutura de financiamento incompatível com a estabilidade exigida por obra hospitalar. Nessa tipologia contratual, o excesso de endividamento amplia a probabilidade de desmobilização, postergação de obrigações essenciais e comprometimento da qualidade executiva.

6. ADEQUAÇÃO DOS ÍNDICES AO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

A adoção do regime de empreitada por preço unitário reforça, e não diminui, a necessidade de exigência de liquidez e solidez patrimonial.

Nesse regime, a remuneração decorre dos quantitativos efetivamente executados e medidos, o que exige da contratada capacidade financeira para sustentar frentes de trabalho, variações ordinárias de produção, aquisições sucessivas e gestão mais rigorosa do fluxo de caixa ao longo do contrato.

A empresa que não detenha estrutura econômico-financeira compatível tende a sofrer maior exposição a oscilações de medição, a atrasos operacionais e a reprogramações de campo, com reflexos diretos sobre a continuidade da obra. Por essa razão, os índices propostos guardam aderência ainda maior ao modelo contratual adotado.

7. ANÁLISE SOBRE EXIGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL MÍNIMO

Embora a legislação admita diferentes instrumentos para aferição da qualificação econômico-financeira, a Administração, no caso concreto, reputa tecnicamente justificável a exigência cumulativa de índices contábeis mínimos e de capital social

mínimo, por se tratar de obra de engenharia hospitalar de elevada complexidade, vulto expressivo, prazo prolongado e execução em unidade em funcionamento.

Os índices contábeis de liquidez, solvência e endividamento são aptos a demonstrar a situação financeira relativa da empresa, mas não esgotam, isoladamente, a aferição da sua capacidade material de suportar o ingresso, a mobilização e a continuidade de contrato dessa magnitude.

Em especial, empresas em estágio inicial de atividade, com baixa alavancagem e estrutura patrimonial reduzida, podem apresentar índices formalmente satisfatórios sem, contudo, revelar capacidade econômico-financeira efetiva para suportar os encargos iniciais, a mobilização de recursos, a manutenção de frentes simultâneas e a absorção de oscilações ordinárias da execução contratual.

Nesse contexto, a exigência de capital social mínimo não representa duplicação indevida dos índices contábeis, mas mecanismo complementar de aferição de robustez patrimonial mínima, destinado a reduzir o risco de contratação de empresa sem densidade econômico-financeira compatível com o porte e a criticidade do empreendimento.

Assim, considera-se tecnicamente justificável a exigência de capital social mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, em cumulação com os índices ILG, ILC, ISG e IEP, por refletirem dimensões distintas e complementares da capacidade financeira do licitante.

8. PROPORCIONALIDADE E NÃO RESTRITIVIDADE ARTIFICIAL

As exigências aqui propostas não buscam selecionar as empresas de maior porte do mercado, mas afastar estruturas econômico-financeiras incompatíveis com a execução segura do objeto.

Os índices sugeridos preservam a ampla competitividade entre empresas aptas, ao mesmo tempo em que reduzem o risco de seleção de licitantes incapazes de sustentar, com estabilidade financeira, o ciclo físico-financeiro de obra hospitalar de elevada complexidade.

A proporcionalidade das exigências decorre justamente da correspondência entre os indicadores escolhidos e os riscos concretos do contrato.

9. CONCLUSÃO

À vista do porte, da duração, da natureza hospitalar e da complexidade técnica do empreendimento, conclui-se que são técnica e contabilmente justificáveis as exigências de:

I – Índice de Liquidez Geral – $ILG \geq 1,2$;

II – Índice de Liquidez Corrente – $ILC \geq 1,2$;

III – Índice de Solvência Geral – $ISG \geq 1,2$;

IV – Índice de Endividamento Patrimonial – $IEP \leq 0,5$.

Conclui-se, ainda, que tais parâmetros são proporcionais, não configuram restrição artificial à competitividade e guardam aderência direta com os riscos econômico-financeiros do contrato.

Recomenda-se, por fim, que os instrumentos subsequentes da fase preparatória adotem, como núcleo da qualificação econômico-financeira do certame, os índices ILG, ILC, ISG e IEP, cumulados com a exigência de capital social mínimo de 10% do valor estimado da contratação, por constituírem, em conjunto, solução proporcional, tecnicamente motivada e aderente aos riscos concretos do contrato..

Tamyres Emanuelle Conceição de Souza Dantas
Departamento de Contabilidade

De acordo:

Márcio Barbosa dos Santos
Engenheiro Responsável
CREA/BA 051875274-7

André Luiz Ribeiro dos Santos
Secretário Municipal de Saúde